

UMA BREVÍSSIMA REFLEXÃO SOBRE O DIREITO DE AÇÃO.

*João Ricardo Ferreira Dos Santos**

Resumo: Neste trabalho pretende-se uma análise singela e direta do exercício do direito de ação, porém observado pelo prisma da atuação do Estado-Juiz, no desempenho da jurisdição contenciosa.

Abstract: This paper is intended to make a single and direct analysis of the action rights, observed from the perspective of the performance of the Judge-State, while conducting and making decisions on a case.

Sumário: 1. INTRODUÇÃO; 2. O DIREITO DE AÇÃO COMO UM DIREITO CONSTITUCIONAL EXPRESSO; 3. A GRATUIDADE DA JUSTIÇA NO DESENVOLVIMENTO DO DIREITO DE AÇÃO; 4. NECESSIDADE DE UMA PARTICIPAÇÃO EFETIVA DA ADVOCACIA; 5. O DEVIDO PROCESSO LEGAL COMO PONTO DE EQUILÍBRIO; 6. A AÇÃO COMO DIREITO À JURISDIÇÃO; 7. O STF; 8. CONCLUSÃO; REFERÊNCIAS.

1. INTRODUÇÃO

O direito de ação é visto como uma consequência natural ao fato do Estado ter retirado das mãos do particular o direito dele, particular, realizar a sua própria justiça. Ato contínuo é exaltado por ser um direito fundamental à felicidade dos Homens, pois proporciona o acesso à justiça para obtenção de um bem da vida pretendido; também, é visto como o direito que, quando exercido, dá início ao processo, por isso constantemente confundido com a petição inicial.

Contudo, o direito de ação não é tão simples assim, pois, como espécie do gênero direito de petição, se apresenta como um direito incondicionado a qualquer situação que o impeça do seu exercício, para, em seguida, tendo em vista sua natureza e especificidade, ver-se condicionado a pressupostos e requisitos legais à obtenção de uma decisão final de mérito, quando desenvolvido em sede de uma atuação processual, judicial e contenciosa; sendo a petição inicial um dos seus primeiros movimentos.

Nesse compasso, pode-se dizer estar definido o nosso Código de Processo Civil em vigor, no momento em que apresenta a necessidade da demonstração do interesse e da legitimidade para se propor ou contestar uma ação, artigo 3º deste diploma. E por que não dizer, também, ser este artigo, então, integrante de uma parte geral típica do direito de ação, irradiador de valores ou princípios processuais determinantes à atuação do Estado-Legislator, ou do Estado-Juiz? Trata-se de um dispositivo¹ voltado à possibilidade de julgamento do mérito do objeto da ação – o pedido -, isso é certo.

Assim, neste trabalho, pretende-se uma análise singela e direta do exercício do direito de ação, porém observado pelo prisma da atuação do Estado-Juiz, no desempenho da jurisdição contenciosa.

* Mestrando em Políticas Públicas e Processo pela Faculdade de Direito de Campos/RJ.

¹ O artigo 3º do Código de Processo Civil Brasileiro, assim dispõe: “Para propor ou contestar ação é necessário ter interesse e legitimidade”. (Código de Processo Civil, 10ª edição, 2005. Ed. Revista dos Tribunais).

2. O DIREITO DE AÇÃO COMO UM DIREITO CONSTITUCIONAL EXPRESSO

O direito de ação está no artigo 5º, inciso XXXIV, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988², como *direito de petição aplicado aos órgãos jurisdicionais*³.

Libman⁴ dispôs ser esse um direito a uma decisão qualquer, sem nenhuma condição prévia, subjetiva ou objetiva necessária para ser exercido⁵. Compreendido como um direito de natureza abstrata, genérica e distinta do direito material invocado⁶.

Assim, o processo passa a ter uma importância vital para o exercício do direito de ação, na função jurisdicional desempenhada pelo Estado, sendo ele, portanto, o caminho a ser percorrido na busca do bem da vida pretendido judicialmente.

Nesse compasso, o exercício do direito de ação – espécie do gênero direito constitucional de petição -, deverá estar em sintonia com as normas processuais referentes à sua natureza, com vista à obtenção de um julgamento, pelo Estado-Juiz, da pretensão de direito material por ele produzida.

3. A GRATUIDADE DA JUSTIÇA NO DESENVOLVIMENTO DO DIREITO DE AÇÃO

A gratuidade da justiça, protegida constitucionalmente no Brasil⁷, é a grande aliada do cidadão, para o exercício do direito de ação, devendo ser amplamente difundida e concretizada pelo Estado⁸, a todos que dela realmente necessitem; uma questão de acesso à justiça. De nada adiantará modernizar a justiça pública se o Estado não proporciona o seu amplo acesso; com certeza a paz jurídica estará comprometida, com a possibilidade, inclusive, do incremento do exercício ilegal da autotutela às soluções dos conflitos.

² “Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: [...] XXXIV – são todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas: a) o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder; [...] XXXV – a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito; [...]”.

³ GRECO, Leonardo. A Teoria da Ação no Processo Civil. 2003. Ed. Dialética. Pág.10.

⁴ LIEBMAN, E. Tullio. Estudos sobre Processo Civil Brasileiro. Edição 2004. Ed. Bestbook. Pág. 97.

⁵ Segundo Alexandre Freitas Câmara, a teoria sobre a ação adotada entre nós é a teoria Eclética, criada por Enrico Tullio Liebman. *Diferindo* esta teoria da Abstrata, na razão de que, para a Eclética, só há direito de ação se o autor, antes, possa preencher algumas condições da ação, devendo o processo ser extinto, sem julgamento do mérito, e o autor julgado carecedor da demanda, se alguma destas condições não se apresentarem. (Câmara, A. Freitas. Lições de Direito Processual Civil. Volume I. 11ª edição, 2004. Ed. Lúmen Júris. Págs. 117 e 118).

⁶ SANTOS, M. Amaral. Primeiras Linhas de Direito Processual Civil. Volume I. 13ª edição, 1987. Ed. Saraiva. Pág. 161.

⁷ Dispõe o inciso LXXIV, do art. 5º, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988: “O Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos”;

⁸ O artigo 1º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 dispõe: “A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito [...]”.

O conceito de jurisdição recusa qualquer tentativa em se estabelecer uma pretensão de direito material sem a existência de um processo efetivo⁹, que possa levar à possibilidade de uma certeza jurídica. Interessante, então, entender a gratuidade da prestação jurisdicional como uma das balizas dos direitos humanos¹⁰, uma condição de acesso à justiça aos que não possuem recursos para prover o custo de um processo justo.

Como pretender um direito material, exercer um direito amplo de ação sobre ele, sem recurso financeiro suficiente para suprir com os custos de um processo judicial? A resposta está em garantir a existência de institutos que possibilitem oportunizar uma justiça universal; e a gratuidade aí se encaixa perfeitamente.

4. NECESSIDADE DE UMA PARTICIPAÇÃO EFETIVA DA ADVOCACIA

Mas não é tudo. Deve-se estabelecer uma salutar aplicação da *boa forma* à ação – com razão de postulação¹¹-, obviamente pelo fato dela possuir, também, o sentido de demanda¹², tão-necessária na delimitação do conteúdo a ser perseguido pela própria atividade jurisdicional a ser desenvolvida. Não há jurisdição sem ação, ensina Leonardo Greco¹³.

Assim, como realizar a jurisdição se não há ação tecnicamente adequada, de onde se possa provocá-la em sua essência? Por isso da necessidade de um Advogado estar junto da ação. O Estado deve garantir esse tipo de assistência, de forma integral, a quem não tem recursos financeiros. Dessa atuação, sem dúvida, se protegeria o acesso à justiça, à realização de um processo realmente justo.

Vê-se o quanto é importante para a democracia o acesso à justiça através do uso adequado e racional do processo, enquanto instrumento posto a serviço dos litigantes para dirimir conflitos¹⁴. Não permitir isso, sem dúvida, é atentar contra a dignidade da pessoa humana¹⁵. Destarte, importante entender Mauro Cappelletti,¹⁶ que, com o seu movimento de ondas de acesso à justiça, apresentou um primeiro movimento a partir do apoio a expedientes como a assistência e orientação jurídica àqueles desprovidos de recursos.

Assim compreendeu o constituinte originário da carta constitucional de 1988, por quanto providenciou assistência judiciária integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência

⁹ “Entendendo por jurisdição a atividade do poder judiciário, destinada a realizar a justiça mediante a aplicação do direito objetivo às relações humanas intersubjetivas, no processo de cognição somente a sentença que decide a lide tem plenamente a natureza de ato jurisdicional, no sentido mais próprio e restrito [...]” (LIEBMAN, 2004. Pág. 96).

¹⁰ SOUZA, G. Amaro. Direitos Humanos e Processo Civil. Revista Jurídica Notadez. Ano 52 – Novembro de 2004 – nº 325. Pág. 16.

¹¹ Segundo o dicionário da língua portuguesa, a palavra postular tem os seguintes significados: 1. pedir com instância; insistir; 2. requerer, documentando a alegação (AMORA, Antônio S. Minidicionário Soares Amora da língua portuguesa. 6ª ed, 1999. Ed. Saraiva. Pág. 563.

¹² “[...] Cabe ao autor fixar quem são as partes, qual é o pedido e qual a causa de pedir, enfim, sobre que questões da relação jurídica de direito material incidirá o provimento jurisdicional” (GRECO, 2003. Pág. 12).

¹³ GRECO, 2003. Pág. 12.

¹⁴ CARPENA M. Louzada. Da (Des)lealdade no Processo Civil. Revista Jurídica Notadez. Ano 53 – Maio 2005 – nº 331. Pág. 29.

¹⁵ Ver o artigo 1º, inciso III, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

¹⁶ CAPPELLETTI, Mauro. Os Métodos Alternativos de Solução de Conflitos no Quadro do Movimento Universal de Acesso à Justiça. Revista de Processo, RT-SP, nº 74, ano 19, abril-junho/94, pág (s). 82/97.

de recursos¹⁷, bem como proporcionou à advocacia e à defensoria pública natureza de função essencial à justiça¹⁸.

Contudo, não se deve esquecer da Lei brasileira nº 1.060/50¹⁹, que já havia criado *normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados*; estando recepcionada pela carta de 1988.

5. O DEVIDO PROCESSO LEGAL²⁰ COMO PONTO DE EQUILÍBRIO

Mas o autor da ação não é senhor absoluto de uma demanda intransponível. Ensina Leonardo Greco²¹ que deve primeiro o autor demonstrar ter direito ao processo, sendo a ação um direito do réu também. Assim, por certo que a gratuidade da justiça e a assistência jurídica integral, no desenvolvimento processual do direito de ação, são garantias próprias de acesso à justiça igualmente do réu.

Ao mesmo tempo em que o constituinte originário de 1988 alicerçou o direito de ação para o autor, também o fez em sentido contrário, buscando um equilíbrio melhor à balança, com vista a proteger o demandado, quando da criação de uma “rede” de direitos e garantias contra possíveis deslealdades e desvios surgidos de um mau exercício do direito de ação²².

Nesse contexto, diante da ocorrência de uma possível incompatibilidade entre normas constitucionais de proteção, tanto de quem detém o direito de acionar, como daquele que é acionado judicialmente, deve-se pensar a partir do que esclarece Luís Roberto Barroso, quando atribui aos princípios *compatibiliza-las, integrando-as à harmonia do sistema*²³. E o direito processual deve ser aplicado dentro dessa lógica, sob pena de incidir em inconstitucionalidade, por certo.

Isso posto, fundamental entender que o pedido apresentado pela ação somente poderá produzir uma manifestação imediata do juízo, favorável a uma citação do réu para vir se defender, a partir da análise primeira dos requisitos de admissibilidade da própria ação, estes encontrados na ordem jurídica constitucional e nas leis infraconstitucionais²⁴ que regulam o curso do processo.

¹⁷ Ver o inciso LXXIV, artigo 5º, da Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988.

¹⁸ “O advogado é indispensável à administração da justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei” (Artigo 133 da Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988).

“A Defensoria Pública é instituição essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, dos necessitados, na forma do art. 5º, LXXIV” (Artigo 134 da Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988).

¹⁹ Lei 1.060, de 05 de fevereiro de 1950.

²⁰ “(...) ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal” (Inciso LIV, do artigo 5º, da Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988).

²¹ GRECO, 2003. Pág. 11.

²² Entre alguns dos dispositivos, em sede de aplicação processual civil, ver o art. 5º, incisos LIII, LIV, LV, LVI, LX, LXVII, LXIX, LXX, LXXI, LXXIII, LXXIV, art. 93, IX, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

²³ BARROSO. L. Roberto. Interpretação e Aplicação da Constituição. 4ª edição, 2002. Ed. Saraiva. Pág. 154.

²⁴ Ver Código Processual Civil Brasileiro: “Art. 284. Verificando o juiz que a petição inicial não preenche os requisitos exigidos nos arts. 282 e 283, ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor a emende, ou a complete, no prazo de dez dias. Parágrafo único: Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição

Interessante o estudo do Código de Processo Penal brasileiro, de onde se observa uma imposição à rejeição da denúncia ou queixa por manifesta ilegitimidade da parte ou faltar condição exigida pela lei para o exercício da ação penal (artigo 43, inciso III).

No campo civil²⁵, por quanto apenas diante de razões de economia processual, impõem-se uma negativa para o seguimento da ação, quando logo se puder perceber a impossibilidade de se chegar ao julgamento de mérito. Num sentido da ação como direito à jurisdição²⁶, isto deve ocorrer quando não atendidos os pressupostos processuais a um processo justo, ou quando não realizadas as condições da ação, nesta ordem.

Por certo que competirá ao juiz do processo, surgindo alguma dúvida²⁷ acerca desse preenchimento, mandar citar o réu. Mas igualmente para a esfera civil, deve ser garantido ao réu não se ver chamado às “barras” do tribunal por uma ação – petição inicial - desde logo inadequada e ilegal.

Destarte, quando do indeferimento da inicial²⁸ pela aplicação do parágrafo único do artigo 284 do Código de Processo Civil, existirá sempre a possibilidade de uma renovação da ação; o argumento será o de que o direito material pretendido pelo exercício do direito de ação não foi enfim apreciado, podendo este movimento inicial ser renovado.

Mas essa possibilidade de renovação terá um limite de utilização, conforme se percebe da leitura do artigo 267, inciso III e sua combinação com o parágrafo único²⁹ do artigo 268, todos também dispositivos do Código de Processo Civil Brasileiro.

6. AÇÃO COMO DIREITO À JURISDIÇÃO³⁰

Humberto Theodoro Júnior³¹ apresenta o direito de ação como um direito específico pelo fato dele ter que se adequar, já inicialmente, ao direito material pretendido.

Marcelo Abelha Rodrigues³² entende ser este um direito de natureza abstrata, mas que deve se prender a elementos concretos para ser exercido.

inicial. Art. 285. Estando em termos a petição inicial, o juiz a despachará, ordenando a citação do réu, para responder [...]”.

²⁵ MOREIRA, J. C. Barbosa. Novo Processo Civil Brasileiro. 19ª edição, 1998. Ed. Forense. Pág. 22.

²⁶ GRECO, 2003. Pág. 12.

²⁷ “Para propor ou contestar ação – CPC, art. 3º - basta o menor esboço de direito e legitimidade. O Juiz não deve ser tão rigoroso, a ponto de exigir que este conceito se aprofunde, além, pelo menos, da expectativa de direito que legitima o exercício da ação (Ac. Honram. Nº. 11.486 da 2ª Câm. Do TJ – MA, de 05.04.90, na Apel. Nº 3.530/88. Rel. Dês. Kleber Moreira de Souza; Adcoas, 1991, nº 130.506)”. (JÚNIOR, H. Theodoro. Código de Processo Civil Anotado. 3ª edição, 1997. Ed. Forense. Pág. 3).

²⁸ Lembrando possuir o autor o recurso de Apelação, diante do que dispõe o artigo 296 do Código de Processo Civil Brasileiro: “Indeferida a petição inicial, o autor poderá apelar, facultado ao juiz, no prazo de 48(quarenta e oito) horas, reformar sua decisão”.

²⁹ Parágrafo único, do artigo 268 do Código de Processo Civil Brasileiro: “(...) Se o autor der causa, por 3 (três) vezes, à extinção do processo pelo fundamento previsto no n. III do artigo anterior, não poderá intentar nova ação contra o réu com o mesmo objeto, ficando-lhe ressalvada, entretanto, a possibilidade de alegar em defesa seu direito”.

³⁰ GRECO, 2003. Pág. 12-13

³¹ JÚNIOR, H. Theodoro. Curso de Direito Processual Civil, Volume I. 20ª edição, 1997. Ed. Forense. Pág.51

³² RODRIGUES, M. Abelha. Elementos de Direito Processual Civil. Volume 1. 3ª edição, 2003. Ed. Revista dos Tribunais. Pág. 233.

Ao certo esses elementos concretos são as condições da ação: possibilidade jurídica do pedido, ilegitimidade da parte e interesse de agir, com a possibilidade de existirem outras condições³³; e o não preenchimento dessas condições resultará em se ter exercido um direito de petição *lato sensu*, tão-somente isso³⁴.

Em relação aos pressupostos processuais, deve-se entendê-los como sendo necessários à validade do processo; sua inobservância impedirá o pronunciamento do Estado-juiz sobre o mérito da causa³⁵, gerando tal situação processual à falta de qualquer das condições da ação.

Os pressupostos dão um sentido à ação de processo justo, e não possuem a aptidão de quando ultrapassados conduzir diretamente o pedido a um julgado de mérito. A ação, como direito à jurisdição, deve necessariamente passar pelo crivo do preenchimento das suas condições de exercício – condições da ação -, só a partir daí poderá o autor ver atingido o julgamento do mérito do seu pedido.

Assim, busca-se uma compreensão sobre os pressupostos processuais sob o ângulo da relação processual³⁶, surgida do exercício do direito de ação; às condições da ação, por produzirem *certa concretude*,³⁷ estas realizariam a ligação do direito material pretendido com o direito processual - a ação material como direito a um julgamento de mérito.

Importante o entendimento do processo a partir da sua configuração como relação jurídica, que passo a passo se desenvolve³⁸, avançando em direção ao seu fim. Então, verificados a existência dos pressupostos de uma constituição justa e regular do processo e preenchidas as condições para o exercício da ação, respectivamente, atinge-se uma possibilidade de julgamento do mérito da ação.

7. O STF ³⁹

Algumas decisões do Supremo Tribunal Federal acerca deste tema serão analisadas a seguir, parte delas transcritas e sublinhadas, como fonte integrante deste estudo.

A) Ação como direito à jurisdição não tem o mesmo significado da ação como direito de petição:

“[...] Não se opõem os princípios a que, à parte interessada no cumprimento de ordem ou decisão judiciária, se faculte provocar o Tribunal competente a requisitar a intervenção estadual ou federal, conforme o caso: mas a iniciativa do interessado nesse caso não é exercício de direito de ação, sim, de petição (CF, art. 5º, XXXIV): não há

³³ GRECO, 2003. Pág. 42.

³⁴ Ver nota de rodapé nº 6.

³⁵ O art. 267 do Código de Processo Civil Brasileiro em vigor, assim dispõe: “Extingue-se o processo, sem resolução do mérito: [...] IV – quando se verificar a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo; [...]”. *Caput com redação dada pela Lei nº 11.232, de 22 de dezembro de 2005(Diário Oficial da União de 23 de dezembro de 2005 – em vigor 06 meses após a publicação).

³⁶ GRECO, Leonardo. Processo de Execução. Volume II, 2001. Ed. Renovar. Pág. 71.

³⁷ RODRIGUES, 2003. Pág. 234.

³⁸ BÜLOW, Oskar V. Teoria das Exceções e dos Pressupostos Processuais; tradução e notas de Ricardo Rodrigues Gama. Campinas - SP. 2005. LZN Editora. Pág. 06.

³⁹ Endereço na internet: www.stf.gov.br

jurisdição – e, logo, não há causa, pressuposto de cabimento de recurso extraordinário – onde não haja ação ou, pelo menos, requerimento de interessado, na jurisdição voluntária: dessa inércia que lhe é essencial, resulta que não há jurisdição, quando, embora provocado pelo interessado, a deliberação requerida ao órgão judiciário poderia ser tomada independentemente da iniciativa de terceiro[...]” (Pet. N° 1.256/SP, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, DJ 04/05/01).

B) O direito de petição é genérico e abstrato, e não exonera qualquer dos sujeitos processuais do dever de observar as exigências para o exercício do direito de ação, este condicionado ao exercício da própria jurisdição.

“[...] O direito de petição, fundado no art. 5º, XXXIV, a, da Constituição não pode ser invocado, genericamente, para exonerar qualquer dos sujeitos processuais do dever de observar as exigências que condicionam o exercício do direito de ação, pois, tratando-se de controvérsia judicial, cumpre respeitar os pressupostos e os requisitos fixados pela legislação processual comum. A mera invocação do direito de petição, por si só, não basta para assegurar à parte interessada o acolhimento da pretensão que deduziu em sede recursal[...]” (AI 258.867 – AgR, Rel. Min. Celso de Mello, DJ 02/02/01). No mesmo sentido: RE 258.088- AgR. DJ 30/06/00.

C) O direito de petição não assegura a quem não tenha capacidade postulatória de litigar em juízo, por si só, independentemente de Advogado, esta é a regra⁴⁰:

“[...] O direito de petição qualifica-se como prerrogativa de extração constitucional assegurada à generalidade das pessoas pela Carta Política (art. 5º, XXXIV, a). Traduz direito público subjetivo de índole essencialmente democrática. O direito de petição, contudo, não assegura, por si só, a possibilidade de o interessado – que não dispõe de capacidade postulatória – ingressar em juízo, para, independentemente de Advogado, litigar em nome próprio ou como representante de terceiros [...]” (AR 1.354-AgR, Rel. Min. Celso de Mello, DJ 06/06/97). No mesmo sentido: MS 21.651-AgR, DJ 19/08/94; pet 762- AgR, DJ 08/04/94.

8. CONCLUSÃO

O direito de ação não pode ser mais visto como um direito fundamental isolado, confundido simplesmente com o seu gênero: direito de petição.

No exercício do direito de ação, sem dúvida, permite-se um direito processual justo e equilibrado, desenvolvido a partir de princípios e regras constitucionais e infraconstitucionais, que firmem o processo judicial como garantia.

⁴⁰ Uma exceção à regra - capacidade postulatória privativa do advogado -, por exemplo, está no artigo 9º, da Lei 9099/95; uma outra, também, se pode observar no § 1º, do artigo 1º, da Lei 8.906/94.

Espera-se dos advogados, magistrados e membros do ministério público – aplicadores do direito, que são -, o cumprimento do dever de zelar pelo respeito ao direito de ação, como instituto voltado ao acesso e à realização da justiça.

O aperfeiçoamento da democracia, onde o direito e a ordem devem partir da obediência aos direitos e garantias fundamentais do Homem, fará com que o direito de ação esteja sempre em debate e crescente evolução.

REFERÊNCIAS:

BARROSO. Luís Roberto. Interpretação e Aplicação da Constituição. 4ª edição, 2002. Ed. Saraiva.

BÜLOW, Oskar V. Teoria das Exceções e dos Pressupostos Processuais; tradução e notas de Ricardo Rodrigues Gama. Campinas - SP. 2005. LZN Editora.

CÂMARA, A. Freitas. Lições de Direito Processual Civil. Volume I. 11ª edição, 2004. Ed. Lumen Juris.

CAPPELLETTI, Mauro. Os Métodos Alternativos de Solução de Conflitos no Quadro do Movimento Universal de Acesso à Justiça. Revista de Processo, RT-SP, nº 74, ano 19, abril-junho/94.

CARPENA M. Louzada. Da (Des)lealdade no Processo Civil. Revista Jurídica Notadez. Ano 53 – Maio 2005 – nº 331.

Código de Processo Civil. 10ª edição, 2005. Obra coletiva de autoria da Editora Revista dos Tribunais.

DINAMARCO, C. Rangel. Nova era do Processo Civil. 1ª edição, 2003. Ed. Malheiros.

FILHO, M. Gonçalves Ferreira. Curso de Direito Constitucional. 25ª edição, 1999. Ed. Saraiva.

GRECO, Leonardo. A Teoria da Ação no Processo Civil. 2003. Ed. Dialética.

GRECO, Leonardo. Processo de Execução. Volume II, 2001. Ed. Renovar.

JÚNIOR, H. Theodoro. Curso de Direito Processual Civil, Volume I. 20ª edição, 1997. Ed. Forense.

JÚNIOR, H. Theodoro. Código de Processo Civil Anotado. 3ª edição, 1997. Ed. Forense.

LIEBMAN, E. Tullio. Estudos sobre Processo Civil Brasileiro. 2004. Ed. Bestbook.

MOREIRA. J. C. Barbosa. Novo Processo Civil Brasileiro. 19ª edição, 1998. Ed. Forense.

PACAGMAN, R. Elias. Breves Reflexões sobre as Condições da Ação. Revista Jurídica Notadez. Ano 53 – Maio de 2005 – nº 331.

RODRIGUES, M. Abelha. Elementos de Direito Processual Civil. Volume 1. 3ª edição, 2003. Ed. Revista dos Tribunais.

AMORA, Antônio S. Minidicionário Soares Amora da língua portuguesa. 6ª edição, 1999. Ed. Saraiva. Pág. 563.

SANTOS, M. Amaral. Primeiras Linhas de Direito Processual Civil. Volume I. 13ª edição, 1987. Ed. Saraiva.

SILVA, J. Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. 9ª edição, 1993. Ed. Malheiros.

SOUZA, G. Amaro. Direitos Humanos e Processo Civil. Revista Jurídica Notadez. Ano 52 – Novembro 2004 – nº 325.